

BOLETIM 104

Brasília, 15 de abril de 2016

FETRACONSPAR inaugura nova sede: mais uma vitória dos trabalhadores

Na noite da última quarta-feira, dia 13 de abril de 2016, foi inaugurada a nova sede da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná (FETRACONSPAR), presidida pelo companheiro Geraldo Ramthun.

Na cerimônia de inauguração estiveram presentes aproximadamente 160 convidados, entre os quais vice-prefeita de Curitiba, presidentes e diretores de organizações sindicais de todos os graus e dos mais variados estados, procuradores do Ministério Público, advogados, representantes da OAB, entre outras lideranças da sociedade que foram prestigiar a histórica conquista da construção do novo prédio da FETRACONSPAR.

Ranthur, depois de agradecer a presença de todos os convidados, afirmou que “a nova sede representa um verdadeiro monumento ao trabalhador em cada tijolo, cada grama de concreto armado, cada móvel ou madeira, representa, enfim, o esforço de algumas gerações”.

O presidente da Federação acrescentou, ainda, que “Aqui é a casa onde todos são iguais, onde o “nós” predomina sobre o “eu” e a engrenagem se converge, num processo onde a força motriz é a justeza de pensamento na busca das melhorias que significam: Ordem e Progresso”.



Foto 1 – a nova sede da FETRACONSPAR: vista externa;
Foto 2 - Mazinho (CONTRICOM), Calixto (NCST), Ranthur, Delnilson e Reinaldim (FETRACONSPAR) no ato de inauguração da nova sede da entidade;
Foto 3 – as lideranças presentes descerram a placa da inauguração

Ranthum enfatizou, também, que “temos orgulho de somar com cada um desses admiráveis trabalhadores, na convicção máxima da filosofia de que trabalhador unido, jamais será vencido”. Segundo ele, “a FETRACONSPAR e seus Sindicatos primam pela transparência. Pela luta intransigente contra a flexibilização de direitos. São cuidadosos quanto ao investimento na formação e qualificação, na profissionalização dos seus dirigentes através da formação sindical. É cristalina na prestação diária de suas contas. Todos sabem, todos os dias, de segunda a sexta-feira o valor do saldo bancário, das receitas e despesas”.

“Nossa grande família – prosseguiu Ranthum - agradece seus trabalhadores, a comissão de acompanhamento da obra, os membros do Conselho Fiscal, os presidentes dos sindicatos e seus trabalhadores, bem como os diretores da FETRACONSPAR”, e passou a citar o nome de todos os presidentes dos sindicatos filiados.

Segundo o dirigente sindical, “esse patrimônio não é suntuoso, como pode parecer pela sua grandiosidade e custo totalmente já quitado. Esse patrimônio é indispensável, quando homens de realização pensam para a frente e para o alto e pretendem que as categorias que representam avancem cada vez mais em sua grandiosidade. É indispensável para o nosso dia-a-dia e extremamente fundamental para consolidar nossas realizações”, concluiu.

CONTRICOM – A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário – CONTRICOM – se fez presente na solenidade através de seu presidente, Francisco Chagas Costa – Mazinho, e do secretário de



Na primeira foto, a mesa do ato de inauguração; na segunda e terceira, Mazinho e Aroldo Garcia presentes na solenidade

Finanças, Aroldo Garcia, que também preside a FETICOM-RS.

Mazinho, em seu pronunciamento, cumprimentou o presidente Geraldo Ranthum e toda diretoria da FETRACONSPAR pela iniciativa,



afirmando sua “convicção de que esse novo empreendimento vai fortalecer ainda mais a luta da entidade e de todos os trabalhadores de nossa categoria no Estado do Paraná”.

Segundo o presidente da CONTRICOM, “essa inauguração representa um grande estímulo para continuarmos lutando pelo emprego, pela saúde e pela segurança de nossos trabalhadores, principalmente diante da crise em que nos encontramos”.

Dirigindo-se aos representantes do Ministério Público do Trabalho, Mazinho ressaltou que “a construção desse prédio, num clima de harmonia com o Ministério Público, é o exemplo que deve ser seguido em todo país, pois aqui, na construção desse prédio, o que prevaleceu foi o bom e honesto uso do recurso do trabalhador”, acrescentando que é preciso “separar o joio do trigo” nos conflitos entre o MP e as entidades sindicais de nosso país. “Não podemos generalizar, sob pena de cometermos injustiças contra lideranças sindicais sérias, que são a grande maioria, em razão de irregularidades cometidas por uma minoria”, sentenciou.

José Calixto Ramos, presidente da Nova Central e da CNTI, também saudou a diretoria da FETRACONSPAR por mais uma vitória e desejou sucesso nas futuras lutas que serão empreendidas pela entidade.

Todas as demais autoridades presentes foram unânimes em saudar a inauguração da nova sede como uma importante conquista da FETRACONSPAR e de todos os trabalhadores da construção e do mobiliário do Paraná.

A NOVA SEDE - A ideia de aprimorar a estrutura que a entidade já possuía surgiu em meados de 2008, após a venda de um imóvel no

bairro do Portão, em Curitiba. Houve, então, a decisão de seus dirigentes, que optaram não pela reforma do prédio, mas pela construção de uma sede completa, que propiciasse uma infraestrutura sólida para atender seus associados. São mais de 224 mil trabalhadores formais no Paraná atendidos pelos 38 sindicatos filiados, espalhados por todo o Estado.

São seis pavimentos, todos eles voltados às necessidades básicas das categorias. No pavimento térreo, há um hall de entrada e a recepção, seguidos por um grande auditório com capacidade para até 200 lugares, dotado de telões, sistema de som e imagem.

O primeiro andar apresenta um hall executivo, além de um espaço para assessores e onde ficarão também as diretorias da Federação. No mesmo piso haverá uma sala de jogos, uma sala de estar e de televisão, além de uma copa completa, com cozinha e lavanderia. O segundo pavimento abriga a secretaria geral, salas dos funcionários e um arquivo vivo, sendo que a mesma disposição arquitetônica segue no terceiro e no quarto pavimentos, onde se encontram, respectivamente, a Secretaria de Finanças e a Presidência. O quinto andar traz uma ampla sala de reuniões com mesa para 50 lugares e, por fim, o prédio ainda possui um terraço aberto que completa o edifício.

Antes da inauguração, o prédio foi benzido pelos Ministros do Santuário Nossa Senhora de Guadalupe, Newton Yasushi Tomonaga e sua esposa, Salete Tomonaga. Logo após o benzimento, foram relizadas orações pelo Pastor Alex em todos os andares do prédio.

FETRACONSPAR - A FETRACONSPAR é uma entidade sindical de segundo grau. Nasceu para a



defesa do trabalhador em 24 de outubro de 1962. De lá para cá, foram 54 anos de muita dedicação, congregando e representando os sindicatos da construção, do mobiliário e os trabalhadores da categoria.

Graças a adesão de 38 sindicatos e mais um em processo de filiação, espalhados por todo o Paraná, a entidade hoje mantém uma estrutura sólida para atender seus associados, propiciando sua interação, sempre na busca do seu fortalecimento e da defesa dos princípios da unidade e da unicidade sindical.

Filiados à CONTRICOM, à Nova Central Sindical de Trabalhadores e à ICM, a FETRACONSPAR e os seus sindicatos defendem a luta de seus trabalhadores sempre pela melhoria de suas condições salariais e de trabalho.

PRESENCAS - Entre outras lideranças, marcaram presença na solenidade de inauguração do novo prédio da FETRACONSPAR: Sérgio Gonçalves Lima (presidente do SINPROPAR/FETEPAR), Jorge Lionel de Souza (superintendente da Secretária do Trabalho), Mirian Gonçalves (vice-prefeita de Curitiba), Vicente Silva (presidente da FECEP), Glaucio Araujo de Oliveira (procurador chefe do Ministério Público do Trabalho da 9ª Região), José Calixto Ramos (presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores), Francisco Felix (representante dos Trabalhadores da Obra), Francisco Chagas Costa – Mazinho (presidente da CONTRICOM), Rita de Cássia Assis Santos (diretora da FETRACONSPAR, representando o Conselho de Representantes), Márcio Pessati (superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Paraná) e Jesuúno Pereira (representando a FETHEPAR), Ilson Kondratoski (diretor da FETRACONSPAR,

representando o Conselho Fiscal), André Passos (representante da OAB), João Batista Silva (presidente da FETROPAR), Aroldo Pinto da Silva Garcia (secretário de Finanças da CONTRICOM e presidente da FETICOM/RS), Jorge Moraes (diretor da FETRACONSPAR, representando a Comissão de Obra), Elias Martins (chefe da Seção de Inspeção do Trabalho da SRTE/PR), Luiz Carlos Schukosky (representante da FETICOM/SC), Liz Fernando Favaro Busnardo (superintendente substituto da SRTE/PR), Almir Perrú (Construtora CTBA), José Eugênio Gizzo (presidente do SINDUSCON/PR) E Mauro Pereira Schwartsburd (presidente do SIMOV).

*Fonte: Assessoria FETRACONSPAR
Comunicação CONTRICOM*

STF rejeita ação da AGU e mantém votação do impeachment na Câmara

O Supremo Tribunal Federal (STF), com o voto de oito ministros, indeferiu na madrugada desta sexta-feira (15) a liminar (decisão provisória) da Advocacia-Geral da União (AGU) e dos deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e Wadih Damous (PT-RJ) que questionavam o relatório do deputado Jovair Arantes (PTB-GO) favorável ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O relatório foi aprovado na segunda-feira (11) pela Comissão Especial do Impeachment da Câmara dos Deputados.

Os dois únicos a votar a favor da liminar foram os ministros Marco Aurélio Mello e Ricardo

Lewandowski. O ministro Dias Toffoli não votou na ação por ser o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De acordo com os mandados de segurança, Arantes considerou fatos não recebidos pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, como as informações da delação premiada do senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS) e atos praticados por Dilma no exercício do seu primeiro mandato na Presidência da República. A AGU também questionou o cerceamento da defesa no processo de análise da denúncia na comissão especial.

O parecer de Arantes recomenda que a Câmara autorize o Senado a processar a presidente Dilma por crime de responsabilidade. Em seu relatório, Arantes avalia que Dilma cometeu crime ao abrir créditos suplementares de Orçamento via decreto presidencial, sem autorização do Congresso Nacional; e ao adiar repasses para o custeio do Plano Safra, o que obrigou o Banco do Brasil a pagar benefícios com recursos próprios – manobra popularmente chamada de “pedalada fiscal”.

Segundo o ministro Barroso, o parecer da comissão até trata sobre assuntos além da denúncia aceita pelo presidente da Câmara, mas não julga nada além dos dois itens acolhidos por Cunha. “Até acho que o parecer diz muitas coisas além, mas, concretamente, ele diz sobre essas duas questões da denúncia”, afirmou Barroso.

O relator da ação, ministro Edson Fachin, afirmou que o Plenário da Câmara analisará a denúncia do pedido de impeachment a partir do que foi acolhido pelo presidente da Câmara. A inclusão da delação premiada de Delcídio do Amaral foi considerada como irrelevante para o relatório final da comissão especial. “A autorização



da comissão especial é para o prosseguimento do teor da denúncia original. A denúncia tal como formulada e recebida e é essa que vai ao Plenário da Câmara dos Deputados”, disse Fachin.

O relator também indeferiu o mandado de segurança dos deputados petistas contra imputação de crime não prevista na Constituição, que seria crime de responsabilidade contra a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, Lei Complementar 101/00). Segundo Fachin, a tipificação criminal é exclusividade do Senado, pois é quando há verdadeiramente processo.

Limitação - O Supremo também definiu a necessidade de deixar claro que devem ser retirados da denúncia todos os documentos “estranhos à matéria recebida pelo presidente da Câmara”, como a delação premiada de Delcídio do Amaral. “Para que nada daquilo que é fora da denúncia possa ser apreciado no Senado Federal como voto.”

Ampla defesa - Fachin falou que não houve cerceamento da defesa na análise da denúncia na comissão especial. Esse foi um dos pontos questionados pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo. No mandado de segurança, Cardozo cita a recusa da fala da AGU no dia da leitura do parecer na comissão especial. “Não cabe



qualquer intervenção antes, durante e depois do momento de leitura do parecer”, disse Fachin.

Barroso comparou o rito de admissibilidade do pedido de impeachment na Câmara à fase de um inquérito policial, em que há menos acesso ao contraditório e à ampla defesa. “A ampla defesa e o contraditório mais minuciosos serão realizados no Senado. Se é equiparável ao inquérito, esta é uma fase em que o contraditório é mitigado”, disse.

O ministro Teori Zavascki reiterou que houve várias oportunidades de a defesa se manifestar no processo e "estancar eventuais deficiências pontuais" que teriam havido.

Limites extrapolados - Já o ministro Marco Aurélio Mello afirmou que a ampla defesa não foi atendida.

O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, também afirmou que houve cerceamento da defesa, “com muita clareza”, além de um “extravasamento” do parecer em relação à denúncia.

Sustentação oral - Os ministros não permitiram que o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, fizesse a sustentação oral do mandado de segurança do governo porque, segundo eles, essa não é a prática adotada no julgamento de mandados de segurança. Também argumentaram que, nos outros mandados de segurança analisados nesta quinta-feira (14), não houve sustentação oral e não poderia haver procedimentos diferentes para processos iguais.

Manutenção - Com o indeferimento dos mandados de segurança do governo e dos deputados petistas, o Supremo manteve todos os procedimentos já realizados na comissão especial do impeachment, além de estar de acordo com o

roteiro de votação definido pela Mesa Diretora da Câmara na tarde desta quinta-feira (14).

Fonte: Agência CÂMARA

Gestante poderá se afastar do local de trabalho sem perder insalubridade

As mulheres grávidas ou que estejam amamentando poderão ter o direito de se afastar dos locais ou atividades para as quais são contratadas, se forem insalubres, sem perder o adicional a que fazem jus para exercê-las. É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara (PLC 76/2014) aprovado nesta quinta-feira (14) pelo Plenário do Senado. A proposta segue para sanção presidencial.

O projeto garante à trabalhadora o exercício de suas funções em local saudável durante esse período em especial. O texto é explícito quando exige a manutenção dos adicionais de insalubridade, mesmo se a trabalhadora estiver afastada do posto que pode colocar sua saúde em risco.

Antes do Plenário, o projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), reforçou que é imprescindível não penitenciar a gestante e lactante em razão da maternidade.

Fonte: Agência SENADO

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)